

1ª COMIGRAR - Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio

ATLAS

**Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao
Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas
Migratórias e Refúgio**

30 de maio a 1º de junho de 2014 - São Paulo / SP



Secretaria
Nacional de Justiça

Ministério da
Justiça



FICHA TÉCNICA

José Eduardo Cardozo

Ministro da Justiça

Paulo Abrão

Secretário Nacional de Justiça

Fernanda Alves dos Anjos

**Diretora do Departamento de Justiça, Classificação,
Títulos e Qualificação**

Davi Ulisses Simões Pires

**Diretor Adjunto do Departamento de Justiça,
Classificação, Títulos e Qualificação**

Heloisa Greco Alves

Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Lucicleia Rollemberg

Coordenadora de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira

**Assessora do Departamento de Justiça, Classificação,
Títulos e Qualificação**

Adriana Mascarenhas e Silva

Angela Regina Cavalheiro Ansilheiro

Franciele da Nóbrega Cairo

Guilherme Dias Gomes

Herivelto Augusto de Vasconcelos

Monique Evelyn Oliveira Silva

Natasha Oliveira

Equipe Técnica CETP/ DEJUS/ SNJ

UNODC

Rafael Franzini

**Representante do Escritório de Ligação e Parceria
do UNODC no Brasil**

Nivio Nascimento

**Coordenador da Unidade de Estado de Direito
Escritório de Ligação e Parceria - UNODC**

Gilberto Duarte

**Assistente de Programa
Escritório de Ligação e Parceria - UNODC**

Ivan Sasha Viana Stemler

Projeto Gráfico

Luciana Campello Ribeiro de Almeida

**Consultora Especializada para Desenvolvimento de
Metodologia e Atividades Relacionadas à Feira Nacional
de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e
Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio**

Organizadora da Publicação





SUMÁRIO

Apresentação.....	4
A Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio.....	5
Processo de Seleção.....	6
Comissão de Avaliação.....	7
Experiências Selecionadas.....	8
Descrição das Práticas.....	9
Prêmio Simone Borges Felipe.....	24
Acordos de Cooperação e Parcerias.....	25
Registros Finais.....	26





APRESENTAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, as políticas públicas voltadas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas têm dialogado com os avanços na agenda migratória. O enfrentamento ao tráfico de pessoas tornou-se uma prioridade do governo brasileiro, em especial, a partir da promulgação do Protocolo de Palermo¹, em 2004, por intermédio do Decreto nº 5.017, e subsequente aprovação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, através do Decreto nº 5.948 de 2006. Após a elaboração do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em 2008, o segundo ciclo de políticas públicas neste campo adveio com a aprovação do II Plano Nacional de 2013. Este tem contribuído diretamente para a consolidação das políticas migratórias através de metas, ente outras, voltadas tanto para a reformulação do Estatuto do Estrangeiro, quanto na internalização da Convenção das Nações Unidas para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias. Em paralelo, o atual momento de construção e reconhecimento de direitos migratórios, reforça a ampliação da agenda sem restrições a uma situação migratória específica. Ao contrário, o debate aprofunda a compreensão sobre a diversidade dos cenários migratórios no Brasil.

A convergência dessas políticas públicas culmina, em 2014, na realização da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR). Esta reposiciona a pauta migratória, estimulando o diálogo entre diferentes atores e diferentes temas. A participação da sociedade civil – especialmente dos movimentos de migrantes, refugiados, entidades da sociedade civil, das comunidades de imigrantes no Brasil e comunidades de migrantes brasileiros em outros

países – foi central para a definição dos novos olhares em relação aos variados aspectos da migração e das políticas públicas no Brasil.

É neste contexto que a Secretaria Nacional de Justiça, em parceria com Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, realizou a **Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio** durante a **COMIGRAR**, nos dias 30 de maio a 1º de junho de 2014.

A Feira Nacional representou um importante marco no fortalecimento da produção, gestão e disseminação de informações e conhecimento sobre migração, refúgio e enfrentamento ao tráfico de pessoas. Igualmente, o encontro reforçou a atenção do Estado à transversalização da agenda migratória aproximando atores governamentais e não governamentais que atuam nessas áreas de forma integrada e intersetorial. Sua metodologia diferenciada apresentou o que se tem produzido e desenvolvido nas áreas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, políticas migratórias e refúgio no Brasil permitindo o contato direto com os responsáveis pelas práticas e fortalecendo as parcerias entre aqueles que hoje trabalham e investem nestes campos de conhecimentos.

Este **ATLAS** resume o processo de desenvolvimento da Feira Nacional e apresenta as 15 (quinze) boas práticas expostas, as alianças formadas e os desdobramentos dessa experiência inovadora nas áreas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e experiências de políticas migratórias e refúgio.

1. Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (2000)



A FEIRA NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS E EXPERIÊNCIAS DE POLÍTICAS MIGRATÓRIAS E REFÚGIO

INTRODUÇÃO

A Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio nasceu da preocupação e compromisso governamental tanto no enfrentamento ao tráfico de pessoas quanto no desenvolvimento da Política e Plano Nacionais de Migrações e Refúgio. É uma das metas do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas², aprovado pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de fevereiro de 2013, através do Decreto nº 7.901, 2013. Mais especificamente, a Feira responde à Atividade 4.B., que visa promover “iniciativas para troca de conhecimento, boas práticas, experiências e aumento do conhecimento sobre o tema por parte das populações vulneráveis, contribuindo para fortalecer e articular os atores envolvidos no tema”.

Sua realização durante a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR) buscou agregar experiências nacionais de proteção e promoção dos direitos dos migrantes, refugiados e potenciais vítimas de tráfico de pessoas, bem como avançar na transversalização dessas temáticas.

METODOLOGIA

A Feira Nacional teve por objetivo criar um espaço de divulgação, documentação e celebração de programas, projetos e ações promissoras e/ ou inovadoras nas áreas

de **enfrentamento ao tráfico de pessoas, políticas migratórias e refúgio**. Para além da disseminação de informações e experiências, a Feira Nacional pretendeu ainda fortalecer a rede de atores bem como promover e facilitar a replicação de práticas exitosas.

Para tal, baseou-se no conceito de Feira do Conhecimento, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, com metodologia específica centrada na exposição das práticas e espaço dedicado à assinatura de acordos de cooperação para a transferência de conhecimento. Este último, denominado na Feira Nacional como Sala de Parcerias, destinou-se à celebração de parcerias e intercâmbio. No local, foram definidos e assinados os acordos de cooperação e registradas as intenções de troca de conhecimento após a Feira. Já os estandes de exposição das práticas permitiram a interação entre os expositores e os visitantes da Feira.

O formato planejado possibilitou criar um ambiente de trânsito da COMIGRAR para aproximar os mais de 650 (seiscentos e cinquenta) delegados e participantes – dentre representantes dos movimentos de migrantes e refugiados, estudiosos, servidores públicos, entidades da sociedade civil, representantes de imigrantes no Brasil e migrantes brasileiros em outros países – com os representantes das 15 (quinze) práticas selecionadas.

2. O II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas encontra-se disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={E8833249-5827-4772-BDC6-D7FID880AD41}&BrowserType=NN&LangID=pt-br¶ms=itemID%3D%7BB5014675-B763-4282-891A-784E0688387A%7D%3B&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>





PROCESSO DE SELEÇÃO

O Edital de Seleção de Chamada Pública nº 02/2014³ lançado em 15 de abril de 2014, convocou instituições governamentais e não governamentais responsáveis pela execução de práticas nas áreas de enfrentamento ao tráfico de pessoas, e experiências de políticas migratórias e refúgio a participarem da seleção apresentando seus programas, projetos e ações.

A seleção das experiências foi realizada pela equipe técnica da Feira Nacional em conjunto com a Comissão de Avaliação e contou com 2 fases distintas, assim desenvolvidas:

1ª Fase – Validação das Inscrições: fase de caráter eliminatório de validação das experiências, seguindo os requisitos mínimos destacados no Edital de Chamada Público, a saber:

Experiências cujos objetos venham ao encontro de uma das áreas: Enfrentamento ao tráfico de pessoas; Políticas migratórias; e, Refúgio.

Experiências caracterizadas como uma intervenção seja um programa, um projeto ou ação;

Experiência finalizada ou com no mínimo um ano de implementação;

Experiência com público-alvo, objetivos e metas claramente definidos;

Possuir uma área de atuação territorialmente localizada;
Ser desenvolvida por uma instituição governamental ou não governamental com sede no Brasil;

Responder a um problema específico.

2ª Fase – Avaliação e Qualificação: as experiências aprovadas na 1ª Fase foram avaliadas pela Comissão de Avaliação, tendo em vista os 7 indicadores do Edital de Chamada Pública, a saber:

1. Inovação e Criatividade
2. Sustentabilidade
3. Existência de Instrumentos de Monitoramento e Avaliação
4. Impacto
5. Existência de Parcerias e Mecanismos de Participação Social
6. Multidisciplinaridade
7. Possibilidade de Replicação

Após leitura inicial das práticas classificadas na 1ª fase, a Comissão de Avaliação decidiu por analisar conjuntamente todas as propostas, seguindo a ordem de recebimento das candidaturas. Ao final, foram selecionadas as 15 práticas tendo em vista os seguintes pesos para fins de ranqueamento das propostas:

Ordem: propostas com evidência de atendimentos de maior número de indicadores;

Ordem: presença de indicadores de maior peso definidos pela Comissão, a saber: 1. Inovação e criatividade; 2. Existência de parcerias e Mecanismos de participação social; e 3. Possibilidade de replicação;

Ordem: para fins de desempate, as melhores propostas.

3. O edital encontra-se disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7b828DEEC6-CA82-40A7-AB05-04E8B41744B8%7d&Team=&-params=itemID=%7b35BEC51B-03A2-471C-8B45-B2CD567F90BC%7d&UIPartUID=%7b2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7d>





COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

A Comissão de Avaliação foi formalmente instituída pela Portaria SNJ nº 106 de 06 de maio de 2014, para auxiliar na seleção das quinze experiências inovadoras e/ou promissoras para participar da Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio

MEMBROS DA COMISSÃO AVALIADORA

Fernanda Alves dos Anjos

Diretora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

Mariana Siqueira de Carvalho Oliveira

Assessora do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação

Graziella Rocha

Representante da Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Nívio Nascimento

Oficial de Programa em Prevenção ao Crime e Segurança Pública Escritório de Ligação e Parceria – UNODC

Gabriel Godoy

Representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR

Eliane da Silva Souza Pequeno

Representante do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – CONATRAP

Luciana Campello Ribeiro de Almeida

Consultora Especializada para Desenvolvimento de Metodologia e Atividades Relacionadas à Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio





EXPERIÊNCIAS SELECIONADAS

As práticas selecionadas para a Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio concentram-se nas áreas de prevenção à exploração de migrantes e tráfico de pessoas; proteção aos direitos dos migrantes no Brasil e brasileiros no exterior e; acolhimento, apoio e assistência aos migrantes, refugiados e retornados. Encontram-se listadas a seguir:

Assistência Jurídica Internacional - Defensoria Pública da União

Capacitação de Agentes Públicos da Rede de Atenção a Vítimas do Tráfico de Pessoas: Manual - Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD

Clínica Intercultural - Universidade Federal de Santa Catarina

Experiência do Posto de Atendimento Humanizado aos Migrantes - Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude - ASBRAD

GIFT Box / GIFT Box Brasil - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro

Interdisciplinaridade para Acolhimento de Refugiados e Imigrantes a Cultura Brasileira e ao Português no Brasil - Universidade de Brasília

Mulheres em Movimento: Pesquisa-ação sobre Migração Internacional de Mulheres e Formação do Grupo - Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia - SODIREITOS

Núcleo de Apoio a Refugiados do Espírito Santo - Universidade Vila Velha

Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados - EMDOC São Paulo

Participação e Incidência Pautada no Protagonismo dos Imigrantes - Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC

Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário - Associação Antônio Vieira - ASAV

Programa de Atendimento a Refugiados: Projeto Refazer - Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

Projeto Bebel: Inclusão Socioeconômica de Mulheres da Praça Bandeira - ONG Gerando Vida

Projeto Casulo: Casa de Passagem para População LGBT, Vítimas de Tráfico de Pessoas - Associação das Travestis, Transexuais e Transgeneros de Goiás - ASTRAL GOIAS

Visitas a Oficinas de Costura e Multiplicadores de Base - Centro de Apoio e Pastoral do Migrante - CAMI



DESCRIÇÃO DAS PRÁTICAS⁴

ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTERNACIONAL Defensoria Pública da União

SBS, Quadra 01, Lotes 26/27 - Brasília -DF / [www.dpu.gov.br / internacional](http://www.dpu.gov.br/internacional) / caji@dpu.gov.br

O acesso à justiça, um dos mais básicos direitos humanos, é visto como requisito fundamental para a construção de um sistema jurídico igualitário que proteja os direitos de todas as pessoas. Na esfera internacional, a temática do acesso à justiça enfrenta obstáculos próprios, além dos existentes em âmbito nacional, ganhando novos elementos e enfrentando desafios distintos devido à crescente mobilidade de pessoas entre os diversos países do globo, ao grande desconhecimento dos sistemas jurídicos estrangeiros e à existência de barreiras específicas de acesso ao judiciário de outro país.

Visando implementar o acesso sem fronteiras à Justiça, a Defensoria Pública da União instituiu um serviço inovador para atendimento jurídico à população de brasileiros e estrangeiros, residentes no exterior ou no Brasil, que não tenham condições de arcar com as custas de um advogado particular. A Defensoria Pública da União antecipou-se à internalização da Convenção da Haia sobre Assistência Jurídica Internacional, passando, no ano de 2011, a prestar assessoria jurídica internacional a pessoas que não possuem acesso à justiça, em especial em decorrência da abrangência internacional de atuação da Defensoria Pública da União.

Seu público-alvo abarca três grupos:

1. Brasileiros residentes no exterior;
2. Estrangeiros residentes no Brasil
3. Estrangeiros residentes no exterior.

O serviço prestado pela Divisão de Assessoria Jurídica Internacional da Defensoria Pública da União inovou ao facilitar seu acesso através da oferta de assistência jurídica à distância, via internet, abrangendo um público potencial beneficiário que não teria acesso ao serviço caso os meios para tanto não fossem facilitados. A adoção dessa modalidade de prestação de serviços de atendimento jurídico permitiu a um número maior de pessoas obterem assistência jurídica sem a necessidade de realização de deslocamento para o lugar onde essa é prestada, em decorrência do acesso facilitado do atendimento virtual.



4. Os resumos das práticas foram elaborados pelos próprios expositores e editados pela Coordenação Executiva da Feira.



Desde sua criação, a Coordenação de Assistência Jurídica Internacional tem apresentado crescimento no número de atendimentos, atestando tanto o sucesso da iniciativa, quanto a necessidade pelo serviço público prestado. De janeiro de 2011 a abril de 2014, 1.414 processos de assistência jurídica internacional foram instaurados pela Coordenação. Os resultados da iniciativa serviram de base para o recebimento de menção honrosa na edição de 2013 do Prêmio Inovare, em especial no que diz respeito à criação da Coordenação de Assistência Jurídica Internacional, possibilitando a expansão dos serviços da DPU internacionalmente, e na ação inovadora de prestação de atendimento por meio da internet.

CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS DA REDE DE ATENÇÃO A VÍTIMAS DO TRÁFICO DE PESSOAS: UM MANUAL

Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude

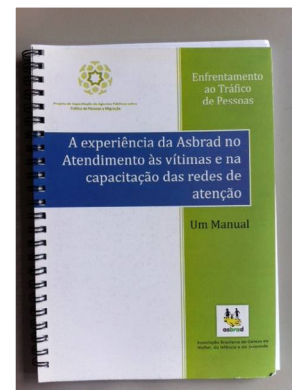
[Avenida Emilio Ribas, 642- Vila Paulista, Guarulhos, SP /](http://AvenidaEmilioRibas,642-VilaPaulista,Guarulhos,SP/)
 [\(11\) 24406421 /](tel:(11)24406421) [asbradguarulhos@terra.com.br /](mailto:asbradguarulhos@terra.com.br)
www.asbrad.org.br

Em 2010, o Programa Nacional de Segurança Pública com cidadania [Pronasci] disponibilizou recursos para a cidade de Guarulhos realizar uma capacitação de agentes públicos sobre os temas tráfico de pessoas e migração. Como um dos critérios de escolha era a expertise no assunto, a ASBRAD foi escolhida para realizar a capacitação.

O trabalho foi desenvolvido no período de dezembro de 2010 a setembro de 2011 e o presente manual é o resultado final do processo de capacitação, que contou com 153 pessoas capacitadas.

Objetivos da Prática:

1. Sistematizar a experiência de capacitação sobre o atendimento a vítimas de tráfico de pessoas no município de Guarulhos;
2. Produzir um material com conteúdos a serem trabalhados num processo continuado de capacitação de agentes públicos;
3. Possibilitar a compreensão do fenômeno tráfico de pessoas e a seu enfrentamento, principalmente em ações de prevenção e de atendimento a vítimas e possíveis vítimas.



Público-alvo: Gestores, trabalhadores, conselheiros e usuárias e usuários de políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos; Sociedade Civil e Universidades.

Metodologia:

A preparação para a capacitação contou com um questionário de sondagem, aplicado na maioria dos equipamentos públicos que participaram da capacitação. O resultado da sondagem contribuiu para identificar os conteúdos que deveriam ser tratados com maior pro-





fundidade, além de pensar o melhor formato para cada público. A aplicação dos questionários funcionou também como uma forma de mobilizar os atores que seriam capacitados, fazê-los parte do processo desde seu início e chamá-los para uma participação efetiva.

O conteúdo da capacitação teve como base a experiência da ASBRAD no enfrentamento ao tráfico de pessoas, além de pesquisas, estudos e outras publicações sobre os temas centrais e transversais trabalhados durante os 13 encontros. A equipe multidisciplinar responsável pela capacitação era formada por pessoas com experiência do atendimento diário no Aeroporto, que haviam participado da construção da metodologia da ASBRAD.

Partindo do tema “Migração”, foram discutidos os temas transversais gênero, geração, raça e etnia, além de apontamentos sobre o tema prostituição, antes mesmo da definição de tráfico de pessoas.

Resultado: a experiência contribuiu para dar maior visibilidade do tema junto aos atores da Rede de Atenção, além de possibilitar a discussão sobre o fluxo de atendimento, identificando assim as fragilidades, potencialidades e desafios a serem considerados no planejamento e execução das políticas públicas no município.

CLÍNICA INTERCULTURAL Universidade Federal de Santa Catarina

Departamento de Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências

Humanas, Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
- Trindade, Florianópolis / psicologia.intercultural@gmail.com

A Clínica Intercultural caracteriza-se como um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que tem como principal objetivo oferecer atendimento psicológico qualificado a pessoas estrangeiras (migrantes ou refugiados) em sofrimento psíquico. É também um espaço de discussão sobre a problemática intercultural nos diversos âmbitos que envolvem o processo de migração, como por exemplo, existenciais, sociais e psíquicos.

Metodologia:

O corpo teórico e prático é baseado nas abordagens interculturais, inspiradas nos trabalhos de Georges Devereux, Tobie Nathan e Marie-Rose Moro. O modelo clínico, desenvolvido por Martins Borges e Pocreau (2009), é formado por um grupo de terapeutas, contando atualmente com 10 integrantes de origens culturais distintas.



Principais Resultados:

1. A Clínica Intercultural, desde sua criação, prestou atendimento a pessoas oriundas de 13 nacionalidades diferentes, totalizando





372 atendimentos (até fevereiro de 2014);

2. O trabalho terapêutico realizado permite que as pessoas retomem contato e recriem vínculos consigo mesmo e com sua origem, buscando tornar coerentes as experiências passadas e atuais;

3. Em março de 2014 passou a integrar a “Comissão de Apoio aos Refugiados e Imigrantes no Brasil e em Florianópolis”, onde além de seu caráter clínico contribui para ações políticas e campanhas assistências de apoio a esses grupos;

4. Espaço de formação, teórica e prática de profissionais, voltada especificamente para esta demanda.

EXPERIÊNCIA DO POSTO DE ATENDIMENTO HUMANIZADO AOS MIGRANTES **Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude**

[Avenida Emilio Ribas, 642- Vila Paulista, Guarulhos, SP / \(11\) 24406421/ \[asbradguarulhos@terra.com.br\]\(mailto:asbradguarulhos@terra.com.br\) / \[www.asbrad.org.br\]\(http://www.asbrad.org.br\)](#)

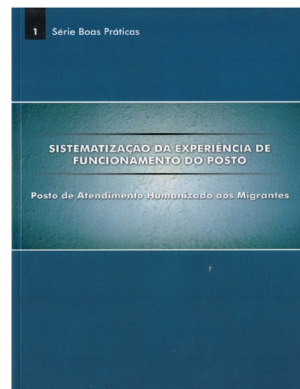
Esta prática se refere à sistematização da experiência de atendimento a trans-brasileiras deportadas e inadmitidas voltado principalmente para vítimas do tráfico de pessoas, pelo Posto de Atendimento Humanizado aos Migrantes no Aeroporto Internacional André Franco Montoro. A experiência nasceu do atendimento a vítimas do tráfico de pessoas, iniciado voluntariamente em 1999 pela equipe da ASBRAD. Por meio do trabalho de identificação de possíveis vítimas de tráfico, o projeto teve como objetivo elaborar uma metodologia de atendimento, apoiada por CORDAID e parceria com a Secretaria Nacional de Justiça.

Objetivos da Prática:

1. Construir a memória da experiência;
2. Divulgar saberes relacionados à prática; Contribuir para processos de intervenção no enfrentamento ao tráfico de pessoas, especialmente no atendimento a pessoas vulneráveis e/ou que se encontram nessa situação.

Público-alvo: Gestores, trabalhadores, conselheiros e usuárias e usuários de políticas públicas e do Sistema de Garantia de Direitos; Sociedade Civil; Universidades; Mídia.

Metodologia: O processo de sistematização foi uma construção coletiva e se concretizou por meio de reuniões de estudo, leitura dos diários de campo e relatórios, discussão de casos e do processo de trabalho. As atividades possibilitaram refletir sobre a prática, identificando fragilidades, potencialidades e desafios; aprofundar conhecimentos sobre tráfico de pessoas e temas afins como migração, prostituição, gênero, identidade de gênero, entre outros; e discutir a qualidade do atendimento, o perfil da equipe (multidisciplinar, com enfoque interdisciplinar), a articulação intersetorial, as parcerias, os recursos, a visibilidade do projeto e a necessária proteção da imagem das pessoas atendidas.





Resultado: a publicação oferece ao leitor uma visão panorâmica das dificuldades encontradas, bem como das soluções construídas coletivamente ao longo dessa experiência pioneira e inovadora. Permitiu atender pessoas que apresentavam indícios de terem sido vítimas de tráfico e possibilitou o contato com um número significativo de migrantes brasileiros(as) deportados(as) e inadmitidos(as) e com o relato de suas histórias.

A publicação sintetiza aspectos da experiência realizada, oferecendo informações sobre:

1. Os procedimentos de identificação e atendimento a possíveis vítimas de tráfico,
2. O perfil das pessoas deportadas e não admitidas abordadas entre 2006 e 2007.
3. A metodologia de atendimento desenvolvida num diálogo constante e necessário entre os temas tráfico de pessoas, gênero e migração irregular.

A sistematização consolida uma prática de atendimento que hoje é política pública de referência no enfrentamento ao tráfico de pessoas, estando presente nas várias discussões, ora em curso em nível local, nacional e internacional.

GIFT BOX / GIFT BOX BRASIL
Secretaria de Estado Assistência Social e
Direitos Humanos do Rio de Janeiro - SEASDH

Praça Cristiano Ottoni, sem número, 6º andar, Rio de Janeiro, RJ /

(21)2334-5553 / netp.dhrj@gmail.com / www.rj.gov.br/web/seasdh

O Projeto GIFT Box Brasil é uma iniciativa de prevenção ao tráfico de pessoas, através da instalação de uma grande caixa, colorida e embalada como se fosse um presente, em vias de grande circulação. A caixa apresenta frases do lado de fora, oferecendo boas oportunidades de emprego para as pessoas que circulam em grandes centros e/ou participam de grandes eventos como Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas.



O público é abordado por voluntários que os convidam a entrar na caixa e ao entrarem os visitantes encontram histórias verdadeiras de pessoas que foram aliciadas





e traficadas. Ao saírem da caixa os visitantes têm oportunidade de conversar com voluntários treinados para falar sobre o tema e recebem material informativo para continuar sua reflexão sobre o assunto e também os números de disque-denúncia.

Público-Alvo: Visitantes e frequentadores de grandes eventos esportivos ou não como: Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas, Festivais de música, etc.

Metodologia:

Simulação de um aliciamento através de um convite para entrar na caixa e encontrar histórias de pessoas que foram traficadas e exploradas. A abordagem é feita por voluntários treinados para conversarem e interagirem com os transeuntes, convidando-os a entrar na caixa e em seguida apresentando-os material informativo.

Objetivos:

1. Objetivo principal: fazer com que as pessoas tenham uma "experiência simulada de aliciamento", gerando sensibilização e reflexão sobre o tema;
2. Animar uma rede de cidadãos a refletirem sobre o tráfico de pessoas;
3. Divulgação dos meios de enfrentamento e denúncia à violação.

Resultados:

1. Sensibilização de mais de 10.000 participantes;

2. Divulgação de meios de denúncia;
3. Exposição na mídia do tráfico de pessoas e suas formas de enfrentamento.

Locais de realização: Rio de Janeiro: Central do Brasil, Cinelândia, Morro do Alemão, Espaço Cultural CEDIM. Baixada Fluminense: Queimados, Duque de Caxias.

Parceiros: STOP the Traffik, Organização Internacional do Trabalho (OIT), UN.GIFT, Exército da Salvação, Projeto Etnias-Rio.

INTERDISCIPLINARIDADE NO ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS E IMIGRANTES A CULTURA BRASILEIRA E AO PORTUGUÊS NO BRASIL
Universidade de Brasília

UnB - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Asa Norte / www.unb.br / Professor Dr. Umberto Euzebio / umbertoouz@gmail.com

Introdução e Contextualização:

O Distrito Federal sempre apresentou grande fluxo migratório como consequência da transferência da capital do país o que criou novo polo gerador de empregos. Porém a falta de planejamento contribuiu para o desequilíbrio urbano acentuado. A partir da última década, iniciou um novo fluxo migratório para a região trazendo imigrantes e refugiados procedentes de países com instabilidade política ou ambiental como Haiti, Bangladesh





e Paquistão. De diferentes etnias, religiões e graus de instrução, mas com a mesma característica em comum de não terem conhecimento da língua portuguesa e da cultura brasileira, fator marcante de superação para a inserção no mercado de trabalho.

Justificado no fato de que a questão linguística impede ou limita não apenas a questão comunicativa, mas também de inclusão no contexto social do país, foi proposto atividades para atender esses imigrantes e refugiados por meio do acolhimento e do desenvolvimento da competência comunicativa em língua portuguesa.



Metodologia:

Atividades desenvolvidas em oficinas interativas que integram temas saúde, educação, trabalho, tecnologia, meio ambiente, comunicação, direitos humanos, cultura e comunicação para a promoção da autonomia e a sustentabilidade na melhoria da qualidade de vida. (FORPROEX, 2007)

Objetivo: desenvolver a competência comunicativa oral inserida no contexto social, atendendo aquilo que

realmente querem e necessitam aprender considerando os conhecimentos e as experiências vivenciadas por cada um, tanto no país de origem como no Brasil. Essa atividade está também alicerçada em teorias e práticas de NICOLESCU (1999), BAUMAN (2001) e ESCOBAR (2010)

Resultados:

É uma prática de ação e avaliação contínua de toda a equipe, com verificação sobre a efetivação do aprendizado e a capacidade integradora. Foi constatado que houve avanços na comunicação oral em português e nas relações interpessoais do grupo que aos poucos iniciam a organização de uma associação de imigrantes na localidade do Varjão - DF, a partir dessas discussões; A proposta é oferecer subsídios para continuidade desse processo a partir da prática interdisciplinar.

Parceria: Instituto de Migrações e Direitos Humanos.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESCOBAR, Yesid Carvajal. Interdisciplinarietà: desafios para la educación superior y la investigación. Luna Azul, n. 31, July/Dec, 2010. s.p.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras. Extensão universitária: organização e sistematização. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.





NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade. São Paulo: Trion, 1999.

**MULHERES EM MOVIMENTO:
PESQUISA-AÇÃO SOBRE MIGRAÇÃO
INTERNACIONAL DE MULHERES E
FORMAÇÃO DO GRUPO
Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na
Amazônia - SODIREITOS**

Rua Bernal do Couto nº 1329 - Umarizal - 66.055-080 - Belém - PA / sodireitos@gmail.com

Público- Alvo:

Mulheres entre 16 e 40 anos, de classe trabalhadora, moradoras de bairros de periferia de Belém e Ananindeua, que têm experiências de migração nos últimos 10 anos (1999 – 2009).

Metodologia:

A metodologia da pesquisa-ação se integra às discussões do feminismo como importante instrumento político e referencial, tomando as mulheres como sujeito central, bem como tendo como ponto de partida sua voz e situações concretas de vida; compreendendo contextos, estruturas e relações que as determinam, bem



como compreendendo as causas como passos importantes para proposição de mudanças.

Todo o processo da pesquisa durou aproximadamente um ano, constando de 19 encontros com duração de 6 a 8 horas cada um. Os encontros aconteceram a cada 15 dias. O processo continuou com a elaboração e discussão coletiva do material produzido, até seu lançamento e divulgação.

O ponto de partida da pesquisa foi tomar ação cotidiana, processos individuais e coletivos de análise e possibilidades de participação como fontes de conhecimento. Isso traduz o sentido do empoderamento das mulheres no controle de suas próprias vidas.

O texto final não ofereceu respostas prontas, mas caminhos a percorrer ou a não percorrer, pois não há uma única solução para as questões e problemas apresentados. Trata-se de material que, além de descrever e analisar uma diversidade de experiências busca compreender as relações, de fatores e aspectos que determinam (ou multideterminam) as trajetórias de mulheres em um contexto muito específico: o da migração das periferias de uma metrópole da Amazônia para o mundo.

Principais resultados:

1. A pesquisa gerou um livro com potencial multiplicador que tem se constituído em referência de práticas de estudo, discussão e intervenção sobre a temática;
2. Formação do grupo de Mulheres em Movimento (composto



por mulheres que participaram da pesquisa) que se tornaram referência no enfrentamento ao tráfico de pessoas em Belém, PA.

NUARES - NÚCLEO DE APOIO A REFUGIADOS DO ESPÍRITO SANTO Universidade Vila Velha

Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21 – Boa Vista, Vila Velha, ES / www.nuares.wordpress.com/ vmozine@uvv.br



O NUARES foi criado em 2004 como projeto de extensão do curso de Relações Internacionais/ Universidade Vila Velha. Conta também com a participação de alu-

nos e professores dos cursos de Graduação em Direito e Mestrado em Sociologia Política.

Além de dar apoio na inserção de refugiados em defesa dos direitos humanos, incentiva a pesquisa acadêmica e a publicação de livros e artigos junto a docentes e alunos.

São parceiros: ACNUR/ONU, Instituto de Migrações e Direitos Humanos, ONG MAIS, Junta de Ação Social Batista e Governos, Secretaria de Direitos Humanos/PMV.

PARR - PROGRAMA DE APOIO PARA A RECOLOCAÇÃO DOS REFUGIADOS EMDOC São Paulo

contato@refugiadosnobrasil.com.br / www.refugiadosnobrasil.com.br / (11) 3405 7845

O Programa de Apoio para a Recolocação dos Refugiados - PARR é um projeto pioneiro no Brasil, desenvolvido através de uma parceria entre o ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) e a empresa EMDOC. Conta com o importante apoio de organizações parceiras, como a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Seu objetivo é facilitar a adaptação de refugiados no país, criando oportunidades para inseri-los no mercado de trabalho, mostrando à sociedade, e principalmente às empresas, que os refugiados e os solicitantes de refú-



gio são mão-de-obra qualificada e que podem contribuir para o desenvolvimento do país.



A ferramenta principal do projeto é seu site: www.refugiadosnobrasil.com.br onde os refugiados e solicitantes de refúgio poderão ter seus currículos cadastrados, através de organizações indicadas pelo ACNUR, como a Cáritas São Paulo, que irão intermediar o contato das empresas com os refugiados. Esses currículos estão disponíveis para consulta de empresas previamente credenciadas ao projeto.

Público-alvo: Refugiados e solicitantes de refúgio instalados em São Paulo, SP.

Dados (nov. 2011 a abril 2014) e informações do PARR

67 Empresas cadastradas

375 Refugiados / Solicitantes de Refúgio cadastrados

07 Vagas abertas em abril/2014

45 Refugiados / Solicitantes de Refúgio contratados

Das 35 nacionalidades atendidas pelo PARR, as principais são:

República Democrática do Congo = 31%

Nigéria = 13%

Guiné Bissau = 7%

PARTICIPAÇÃO E INCIDÊNCIA PAUTADA NO PROTAGONISMO DOS IMIGRANTES Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC

Rua Bernardo Magalhães, 203 - Tatuapé, São Paulo /
coordenacao@cdhic.org.br / secretariaexecutiva.cdhic@gmail.com / www.cdhic.org.br

O Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante - CDHIC desenvolve seus trabalhos no marco do eixo institucional de Incidência Política Participativa, área que inclui ações diversas que vão desde o local (São Paulo) até o regional (Cone Sul) e internacional, atuando na regularização migratória, no monitoramento e proposição de políticas públicas. A promoção da Incidência Política Participativa permite avançar num diálogo com agentes e órgãos públicos, em especial, aqueles que atuam nos organismos responsáveis pela promoção de políticas migratórias pautadas no respeito dos direitos humanos da pessoa migrante e em defesa do trabalho decente.

A ação é baseada na organização, promoção e participação de eventos interdisciplinares, tripartites, que possibilitam o diálogo e a formulação de políticas públicas que melhoram a vida dos imigrantes no Brasil e na América do Sul. Inclui a participação e o diálogo direto permanente com os



imigrantes e suas comunidades, sendo estes atores, sujeitos, e não como meros objetos da política. As ações e práticas de Incidência Política Participativa são concebidas por parte da equipe e Diretoria do CDHIC, em diálogo com as comunidades imigrantes e suas organizações representativas.

Visam fundamentalmente incidir na mudança da política pública brasileira relativa às migrações, para que a mesma seja pautada num paradigma de direitos humanos e cidadania.



Trabalham com comunidades imigrantes promovendo a luta e organização em prol dos Direitos Humanos, considerando sua interconexão nos planos: eco-

nômico, cultural, político e social. Trabalham também com movimentos sociais, em particular o movimento sindical, assim como com representantes da academia e centros de pesquisa devotados à questão migratória, visando estabelecer alianças que potenciem os impactos das ações desenvolvidas.

PROGRAMA BRASILEIRO DE REASSENTAMENTO SOLIDÁRIO **Associação Antônio Vieira - ASAV**

Caixa Postal 278, CEP 90001-970, Porto Alegre, Rio Grande do Sul / www.asav.org.br / refugiados9474@yahoo.com.br

O Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário é um programa tripartite entre o Governo Brasileiro, através do CONARE/MJ, Comitê Nacional para os Refugiados; a agência da ONU para os Refugiados, ACNUR e a Sociedade Civil, através da ASAV – Associação Antônio Vieira.

O programa foi criado em 2002, a partir da chegada do primeiro grupo de nacionalidade Afegã. A partir do Plano de Ação do México, passa a chamar-se Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário.

Eixos Fundamentais do PBRS:

1. Interface com a política de Direitos Humanos: integra o Movimento Nacional dos Direitos Humanos.
2. Interface com o Direito Internacional dos Refugiados: ACNUR e CONARE





3. Interface com a política de Assistência Nacional: espaço privilegiado para garantir o acesso aos benefícios, serviços e programas de redução das vulnerabilidades dos refugiados.

4. Articulação entre proteção legal e física, o trabalho social e a inclusão no sistema formal de trabalho e geração de renda.

5. Formação de redes de apoio e cooperação.

Marcos Legais:

1. Estatuto dos Refugiados de 1951
2. Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados - 1967
3. Declaração de Cartagena sobre Refugiados - 1984
4. Plano de Ação do México - 2004
5. Lei nr. 9.474 de Julho de 1997 - Governo da República Federativa do Brasil
6. Carta de Brasília de 2010
7. Resolução Normativa nr.14 de 27/11/2011, específica do Programa de Reassentamento Solidário.

Estratégias e ações para a execução do PBRs:

1. Missão de Entrevista dos casos - Tripartite
2. Dispersão Territorial
3. Resgate da cidadania
4. Inclusão social
5. Integração emancipadora
6. Ênfase na autonomia social e financeira

7. Construção em conjunto, do Plano de Trabalho para a integração individual ou familiar.

Desafio: Tornar, através de incidência e participação, as práticas desenvolvidas pela sociedade civil, referências para a construção de políticas e ações afirmativas para a proteção e integração de migrantes e refugiados na sociedade brasileira.



PROGRAMA DE ATENDIMENTO A REFUGIADOS: PROJETO REFAZER Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 483 - Maracanã, Rio de Janeiro /
(21) 2567 4105 / carj.refugiados@caritas-rj.org.br

“Refazer a vida...Refugiados refazendo o futuro...Fazedores do mundo!”

Curso de artesanato “Refazer” oferecido pela Cáritas RJ, em parceria com o ACNUR e o CONARE.

Trabalhos conduzidos por uma artesã e uma psicóloga, que através da Arte Terapia vem possibilitando a construção de vínculos de confiança; trabalhando a autoestima das participantes; trazendo à tona questões culturais e vivências de seus países de origem e a possibilidade e necessidade de reconstrução e reco-





meço no Brasil, apesar de todas as dificuldades, traumas e rompimentos.

Público alvo: mulheres refugiadas e solicitantes de refúgio de diversas nacionalidades, muitas delas grávidas e/ou sozinhas com crianças, formando um grupo bastante heterogêneo cultural e linguisticamente.



Técnicas oferecidas:

1. Bijuterias (Colares de tecido, brincos, pulseiras),
2. Pintura em peças de madeira,
3. Pátina em móveis,
4. Customização,

5. Decupagem,

6. Confeção de bolsas,

7. Flores de fuxico, chaveiros, customização de camisas e outras.

Resultados: capacitação para geração de renda, principal ou complementar; conhecimento de novas técnicas e estratégias do processo produtivo; realização de atividade terapêutica, voltado para trabalho com diferentes culturas; e integração e reconstrução de suas vidas, através do trabalho em equipe, senso de união e solidariedade.

PROJETO BEBEL - INCLUSÃO SOCIOECONÔMICA DE MULHERES DA PRAÇA BANDEIRA ONG Gerando Vida

Rua Ceará, 76, sobrado, Praça da Bandeira, Rio de Janeiro / 21) 25688741 / onggerandovida@hotmail.com

Público-alvo: mulheres moradoras e trabalhadoras da Praça da Bandeira, com ênfase em profissionais do sexo (mulheres e travestis) da Quinta da Boa Vista.

Metodologia: abordagem direta, com materiais informativos (visuais e gráficos), primeiro con-

PROJETO BEBEL

Objetivo: Promover a inclusão social e econômica das mulheres da Praça da Bandeira.

Atividades:

- Alfabetização
- Orientação Jurídica
- Acompanhamento Social
- Grupo de Reflexão (Psicologia)

Atividades:

- Criação de um Grupo de Trabalho com as líderes humanas das mulheres
- Análise das necessidades locais
- Entrega de Produtos Informativos orientados para a população alvo
- Análise, Orientação e Realização





tato feito por lideranças comunitárias, entrega de kits com preservativos e materiais informativos.

Principais resultados: conscientização das mulheres sobre prevenção ao tráfico de pessoas e Campanha Coração Azul.

Financiado pela Comissão Européia, GVT, Embaixada da Irlanda e executado pelas Ongs Planet Finance e ONG Gerando Vida.

PROJETO CASULO - CASA DE PASSAGEM PARA POPULAÇÃO LGBT: VÍTIMAS DE TRÁFICO DE PESSOAS, MIGRAÇÃO LGBT E EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL Associação das Travestis, Transexuais e Transgeneros de Goiás - ASTRAL GOIAS

Rua BS-8 Qd.40 Lt.29 área 01 setor, São Domingos; Goiânia - Goiás / Telefone: 3576-0195 / Coordenadora Beth Fernandes / fbeth@bol.com.br

Objetivo: o Projeto Casulo visa à criação de uma casa de passagem para consolidação de uma cultura dos direitos humanos, da equidade de gênero e de orientação sexual. Atua na prevenção ao tráfico de pessoas à exploração sexual e comercial e entendimento da migração LGBT.

População atendida: população LGBT em especial pessoas trans, vítimas do trafico de pessoas da migração LGBT e da exploração sexual e comercial em Goiás, que não tiveram permanência na rua - população de rua e

que não sejam usuários de drogas em tratamento.

Principais Ações: ações que favoreçam a adoção de comportamentos menos arriscados, educando-as sobre prevenção em violências e DST/AIDS, e fortalecendo o conhecimento sobre os direitos e cidadania; negócios sociais e sustentabilidade e condição de renda e principalmente o acolhimento humanizado das vítimas.



Principais Metas: acolhimento à população LGBT e oficinas de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis e dos direitos sexuais, tráfico de seres humanos, e sobretudo do fenômeno da exploração sexual e comercial de adolescentes LGBT e a rota da migração LGBT.

O trabalho de acolhimento fortalece o reconhecimento e o respeito das diversidades no Estado de Goiás.

VISITAS A OFICINAS DE COSTURA E MULTIPLICADORES DE BASE Centro de Apoio e Pastoral do Migrante

Rua Guaporé, 353, São Paulo / (11) 26945428 / cami.imigrantes@terra.com.br / www.camimigrantes.com.br

Numa realidade onde a imigração cresce dia a dia no Brasil, lideranças imigrantes participam como agen-



tes multiplicadores de transformação no seio das suas comunidades, ajudando-os a desenvolver e consolidar competências de liderança e de serviço à comunidade imigrante, prevenindo e combatendo o trabalho escravo, tráfico de pessoas, a exclusão social, a discriminação e a desigualdade social, garantindo cidadania plena.

Desde 2012, o CAMI desenvolve a atividade permanente de Visitas a Oficinas de Costura por parte de agentes sociais (imigrantes) contratados.

Objetivo das Visitas:

1. Traçar diagnóstico de problemas enfrentados pelos donos e empregados das oficinas;
2. Auxiliar na adequação do empreendimento industrial à legislação trabalhista e ambiental, às Normas Regulamentadoras (NRS), ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

150 Visitas a Oficinas de Costura / mês

2000 Visitas a Oficinas de Costura / ano





PRÊMIO SIMONE BORGES FELIPE

Dentre as práticas selecionadas para participar da Feira Nacional, as três experiências classificadas em 1º, 2º e 3º lugar foram certificadas com o **Prêmio Simone Borges Felipe - 2ª Edição**⁵.

O Prêmio recebe o nome Simone Borges Felipe, em reconhecimento da luta de seu pai no enfrentamento ao tráfico de pessoas e prevenção à exploração de migrantes. Simone Borges Felipe, originária do Estado de Goiás, migrou em 1996, com 25 anos, para a Espanha com o objetivo de trabalhar numa lanchonete. Obrigada a se prostituir em clubes veio a falecer em função de elevada ingestão de medicamentos. Sua história e a luta de seu pai em informar e prevenir o aliciamento e exploração de outros migrantes inserem-se dentro da perspectiva deste prêmio. O prêmio busca ainda identificar, apoiar e disseminar ações de prevenção e enfrentamento às situações de violação de direitos ou vulnerabilidade, com atenção às diferentes dinâmicas nacionais e internacionais, de forma a subsidiar ações e políticas públicas tanto voltadas ao enfrentamento ao tráfico de pessoas quanto às políticas migratórias e refúgio. Por fim, a 2ª Edição do Prêmio Simone Borges Felipe insere-se ainda no âmbito do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, respondendo à meta 4.A.4.

Durante a Cerimônia de Abertura Solene da 1ª CO-MIGRAR, dia 30 de maio de 2014, o Ministério da Justiça concedeu as placas de premiação às três experiências, conforme destaque a seguir:

1º Lugar – Mulheres em Movimento: Pesquisa-ação sobre Migração Internacional de Mulheres e Formação do Grupo – Sociedade de Defesa dos Direitos Sexuais na Amazônia, SODIREITOS;

2º Lugar – Visitas a Oficinas de Costura e Multiplicadores de Base – Centro de Apoio e Pastoral do Migrante, CAMI;

3º Lugar – Programa Brasileiro de Reassentamento Solidário – Associação Antônio Viera, ASAV.



5. Informações detalhadas sobre o Prêmio Simone Borges Felipe estão disponíveis em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7B828DEE-C6-CA82-40A7-AB05-04E8B41744B8%7D&Team=¶ms=itemID=%7B054C1E2-4B85-4ADA-B3BB-64137477607F%7D&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F-70F4CB26%7D>



ACORDOS DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS

Os delegados e participantes da 1ª COMIGRAR tiveram a oportunidade de conversar diretamente com os responsáveis das práticas expostas. Estes divulgaram seus projetos, programas e ações e celebraram acordos e parcerias com os visitantes para replicação de suas práticas e fortalecimento do trabalho em rede.

Dessa interação, **47 acordos de cooperação** foram firmados com o propósito de promover o intercâmbio da experiência e ressaltar os respectivos interesses em realizar as gestões necessárias para facilitar a promoção das trocas e parcerias.

Dentre os acordos estabelecidos, destacam-se aqueles voltados para:

1. Acesso à informação sobre formulação e desenvolvimento da prática;
2. Assessoria individualizada por parte da equipe da experiência para replicação da experiência;
3. Capacitação da Rede de Serviços, com destaque para a Rede de Saúde;
4. Capacitação de futuros profissionais para atendimento a migrantes;
5. Encaminhamento de casos;
6. Envio de materiais explicativos sobre a prática;
7. Formação de Rede de Acolhimento;
8. Mapeamento da rede de proteção e acolhimento;
9. Parceria para encaminhamentos de casos no Brasil e do exterior para o Brasil;
10. Realização de Seminários;
11. Realização de teleconferências;
12. Realização de visitas locais para conhecimento aprofundado da prática;
13. Replicação de metodologia utilizada;
14. Troca de informações sobre acesso a reintegração de Brasileiros.

Entre junho e setembro de 2014, a Secretaria Nacional de Justiça acompanhará as alianças formadas e desdobramentos dessa experiência inovadora nas áreas de enfrentamento ao tráfico de pessoas e experiências de políticas migratórias e refúgio.





REGISTROS FINAIS

Secretário Nacional de Justiça, Sr. Paulo Abrão, e Representante do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) no Brasil, Sr. Gilberto Duarte, entregam placas de homenagem às práticas.





Visitantes na Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio





Parcerias sendo estabelecidas e Acordos de Cooperação firmados



Expositores da Feira Nacional de Práticas de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Experiências de Políticas Migratórias e Refúgio

Aline Thuller de Aguiar
Allyne Fernandes Barros
Ângela Freitas Bello
Augusto Cesar Salomão Mozine
Camila Pedro
Camila Tenuta
Cesar Augusto Silva da Silva
Dalila Figueiredo
Daniela Jacques Brauner
Danielle Araújo

Ebenezer Oliveira
Edgar Villegas
Eduardo Rebouças
Josefina Cicconeti
Josenilda Santos Silva
Laura Fernanda Zacher
Luiza Correa de Magalhães Dutra
Marcia Martins Gomes
Márcio Jibrin

Marina Malumbres
Paula Rodriguez
Paulus Vinicius Paris
Raquel Dias Freitas
Roberta Fernandes de Souza
Rosario Ferreira
Shirlene Souza da Silva
Thais Rosa Felipe
Umberto Euzebio
Zacarias Saavedra

